

JUCESP  
21 10 20



JUCESP PROTOCOLO  
2.694.065/22-3



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO  
DO CONTRATO SOCIAL DA  
RENASCENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
CNPJ/ME 62.287.735/0001-03  
NIRE 35.201.032.367**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

(i) **WARREN BRASIL HOLDING S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Oswaldo Aranha, nº 720, sala 201, Bom Fim, CEP 90035-191, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.486;643/0001-34, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300064484 em sessão de 26/02/2020 ("Warren Brasil"), neste ato representada por seu diretor, Sr. Tito Capitani Gusmão, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Jacinto Gomes, nº 185, apartamento 2, Bairro Santana, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.040-270, portador da cédula de identidade RG nº 4073410092-SJS-RS e inscrito no CPF/ME sob o nº 812.622.210-72; e

(ii) **WARREN CAYMAN LTD.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.709.048/0001-86, com sede nas Ilhas Cayman, Willow House, Floor 4, Cricket Square, Grand Cayman KY1-9010, Cayman Islands ("Warren Cayman"), neste ato representada pelo seu diretor, Sr. Tito Capitani Gusmão, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Jacinto Gomes, nº 185, apartamento 2, Bairro Santana, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.040-270, portador da cédula de identidade RG nº 4073410092-SJS-RS e inscrito no CPF/ME sob o nº 812.622.210-72;

Na qualidade de únicos sócios da **RENASCENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Alameda Santos, nº 1.940, 12º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-102, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.201.032.367, inscrita no CNPJ/ME sob nº 62.287.735/0001-03 ("Sociedade");

E, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes,

(iii) **OIWARREN HOLDINGS LLC**, sociedade constituída de acordo com as Leis de Delaware, inscrita no CNPJ 30.943.314/0001-99, com sede na 3411 Silverside Road, Suite 104, Tatnall Building de 19810, Wilmington, Condado de New Castle, Delaware ("OiWarren Holdings"), neste ato representada pelo seu diretor, Sr. Tito Capitani Gusmão, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Jacinto Gomes, nº 185, apartamento 2, Bairro Santana, na Cidade de Porto Alegre, Estado do

JUCESP  
21 10 20

Rio Grande do Sul, CEP 90.040-270, portador da cédula de identidade RG nº 4073410092-SJS-RS e inscrito no CPF/ME sob o nº 812.622.210-72; e

(iv) **WARREN BRASIL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.** sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.905.945/0001-71, com sede na Avenida Osvaldo Aranha, 720, 2º Andar, Bom Fim, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90.035-191 ("Warren Participações") neste ato representada pelo seu diretor, Sr. Tito Capitani Gusmão, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Jacinto Gomes, nº 185, apartamento 2, Bairro Santana, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.040-270, portador da cédula de identidade RG nº 4073410092-SJS-RS e inscrito no CPF/ME sob o nº 812.622.210-72;

Resolvem, de comum acordo, alterar e consolidar o contrato social da Sociedade ("Contrato Social"), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

- I. Em virtude da contribuição da totalidade das quotas de emissão da Sociedade detidas pela sócia Warren Cayman em aumento de capital na OiWarren Holdings, a sócia Warren Cayman, com a expressa anuência da sócia Warren Brasil, neste ato cede e transfere, retirando-se da Sociedade, a totalidade das quotas de emissão da Sociedade de que é titular, composta por 496.632 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e duas) quotas, representativas de 36,85% (trinta e seis vírgula oitenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade à OiWarren Holdings que, dessa forma, ingressa na Sociedade na qualidade de sócia;
- II. Ato contínuo, em virtude da contribuição da totalidade das quotas de emissão da Sociedade detidas pela sócia OiWarren Holdings em aumento de capital na Warren Participações, a sócia OiWarren Holdings, com a expressa anuência da sócia Warren Brasil, neste ato cede e transfere, retirando-se da Sociedade, a totalidade das quotas de emissão da Sociedade de que é titular, composta por 496.632 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e duas) quotas, representativas de 36,85% (trinta e seis vírgula oitenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade à Warren Participações que, dessa forma, ingressa na Sociedade na qualidade de sócia;
- III. Ato contínuo, em virtude da contribuição da totalidade das quotas de emissão da Sociedade detidas pela sócia Warren Participações em aumento de capital na Warren Brasil, a sócia Warren Participações, com a expressa anuência da sócia Warren Brasil, neste ato cede e transfere, retirando-se da Sociedade, a totalidade das quotas de emissão da Sociedade de que é titular, composta por 496.632 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e duas) quotas, representativas de 36,85% (trinta e seis vírgula oitenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade à Warren Brasil que, dessa forma, torna-se única sócia da Sociedade;

JUCESP  
21 12 20

- IV. Desta forma, a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade é alterada, passando a vigorar com a seguinte nova redação:

**“CLÁUSULA QUARTA** – O Capital Social é de **R\$ 60.000.138,24** (sessenta milhões, cento e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos), dividido em **1.347.712** (um milhão, trezentas e quarenta e sete mil, setecentas e doze) quotas, no valor nominal de **R\$44,52** (quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído entre os Sócios:

QUOTISTAS	NÚMERO DE QUOTAS	VALOR R\$	%
WARREN BRASIL HOLDING S.A.	1.347.712	R\$ 60.000.138,24	100%
TOTAL	1.347.712	R\$ 60.000.138,24	100%

**Parágrafo Primeiro** - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Segundo** - 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de titularidade de Warren Brasil Holding S.A. (“Quotista”), e quaisquer novas quotas de emissão da Sociedade que venham a ser de sua titularidade, inclusive decorrentes de desdobramento, grupamento, bonificação, capitalização de lucros e reservas e/ou qualquer tipo de reorganização societária, encontram-se alienadas fiduciariamente em benefício de Fabio Vinicius Muniz, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.384.580-5, Ulisses Ricardo Muniz, inscrito no CPF/ME sob o nº 277.416.718-39, Fabio Ribeiro dos Santos, inscrito no CPF/ME sob o nº 220.752.428-01, e Bruno Mota Teixeira de Gouvea, inscrito no CPF/ME sob o nº 324.146.298-60 (em conjunto, “Beneficiários”), nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças” celebrado em 10 de agosto de 2022 entre a Quotista, os Beneficiários e a Sociedade. A consolidação da propriedade das quotas pelos exequentes será realizada apenas após a aprovação ou autorização da transferência de controle da Sociedade pelo Banco Central do Brasil.

JUCESP  
21 12 20

- V. Ademais, em razão das cessões de quotas descritas acima, decide a sócia única da Sociedade, Warren Brasil, incluir um parágrafo 4º na Cláusula Sexta do Contrato Social da Sociedade, para expressamente estabelecer que, caso o capital social da Sociedade seja detido por uma única sócia, quaisquer resoluções serão tomadas mediante instrumento particular escrito de tal sócia única.

**CLÁUSULA SEXTA** – *As Reuniões de Sócios realizar-se-ão a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais ou a lei exigirem, mediante convocação, por escrito, de qualquer dos Sócios, com antecedência 5 (cinco) dias de antecedência, admitindo-se a convocação mediante correio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outro meio escrito de comunicação (com aviso de recebimento), devendo constar da respectiva convocação, a data, hora e local em que ocorrerá a sessão, além da respectiva ordem do dia.*  
(...)

**Parágrafo 4º** – *Caso a Sociedade tenha uma única sócia, quaisquer deliberações serão tomadas por meio de um instrumento particular escrito por mencionada sócia única, representando a totalidade do capital social da Sociedade.*

- VI. Por fim, resolve a sócia única não apenas alterar o supracitado, como também consolidar o Contrato Social da Sociedade, de modo a refletir as deliberações tomadas acima, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CONTRATO SOCIAL DA  
RENASCENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
CNPJ/ME 62.287.735/0001-03  
NIRE 35.201.032.367**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A Sociedade é uma sociedade empresária limitada, com duração por prazo indeterminado, e gira sob a denominação de "**RENASCENÇA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**", com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.940, 12º andar, Cerqueira César, CEP 01418-102, regendo-se pelo presente Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis à sociedade empresária limitada, e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A Sociedade tem como objeto social:

NUCAP  
21 12 20

- (a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissão de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (c) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência;
- (d) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- (e) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (f) exercer funções de agente fiduciário;
- (g) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- (h) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (i) praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
- (j) praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- (k) realizar operações compromissadas;
- (l) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;
- (m) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas respectivas áreas de competência;
- (n) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (o) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários.

**CLÁUSULA TERCEIRA – É vedado à Sociedade:**

- (a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamento a seus clientes, inclusive

JUCESP  
21 12 20

através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação da conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;

- (b) cobrar de seus comitentes, corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociação com determinado valor mobiliário durante o período de distribuição primária;
- (c) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central do Brasil;
- (d) dar ordens às sociedades corretoras para a realização de operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral em Bolsa de Valores; e
- (e) celebrar contratos de mútuo, tendo por objeto o empréstimo de recursos financeiros com pessoas físicas e jurídicas não financeiras.

**CLÁUSULA QUARTA** – O Capital Social é de **R\$ 60.000.138,24** (sessenta milhões, cento e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos), dividido em **1.347.712** (um milhão, trezentas e quarenta e sete mil, setecentas e doze) quotas, no valor nominal de R\$44,52 (quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e assim distribuído entre os Sócios:

QUOTISTAS	NÚMERO DE QUOTAS	VALOR R\$	%
WARREN BRASIL HOLDING S.A.	1.347.712	R\$ 60.000.138,24	100%
TOTAL	1.347.712	R\$ 60.000.138,24	100%

**Parágrafo Primeiro** - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Segundo** - 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de titularidade da Warren Brasil Holding S.A. ("Quotista"), e quaisquer novas quotas de emissão da Sociedade que venham a ser de sua titularidade, inclusive decorrentes de desdobramento, grupamento, bonificação, capitalização de lucros e reservas e/ou qualquer tipo de reorganização societária, encontram-se alienadas fiduciariamente em benefício de Fabio Vinicius Muniz, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.384.580-5, Ulisses Ricardo Muniz, inscrito no CPF/ME sob o nº 277.416.718-39, Fabio Ribeiro dos Santos, inscrito no CPF/ME sob o nº 220.752.428-01, e Bruno Mota Teixeira de Gouvea, inscrito no CPF/ME



QUOTISTA  
21 12 22

sob o nº 324.146.298-60 (em conjunto, "Beneficiários"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças" celebrado em 10 de agosto de 2022 entre a Quotista, os Beneficiários e a Sociedade. A consolidação da propriedade das quotas pelos exequentes será realizada apenas após a aprovação ou autorização da transferência de controle da Sociedade pelo Banco Central do Brasil.

**CLÁUSULA QUINTA** – A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA SEXTA** – As Reuniões de Sócios realizar-se-ão a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais ou a lei exigirem, mediante convocação, por escrito, de qualquer dos Sócios, com antecedência 5 (cinco) dias de antecedência, admitindo-se a convocação mediante correio eletrônico, fac-símile, telegrama ou qualquer outro meio escrito de comunicação (com aviso de recebimento), devendo constar da respectiva convocação, a data, hora e local em que ocorrerá a sessão, além da respectiva ordem do dia.

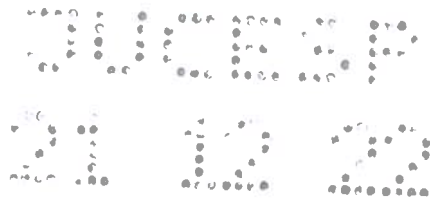
**Parágrafo 1º** – As deliberações serão tomadas com a aprovação dos votos representativos de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, competindo aos Sócios adotarem as medidas exigidas pelo Acordo de Sócios arquivado na sede social.

**Parágrafo 2º** – Das reuniões serão lavradas atas assinadas pelos presentes. Será dispensada a realização de Reunião ou Assembleia de Sócios quando todos os Sócios decidirem por escrito a matéria submetida a apreciação e o voto a ser proferido.

**Parágrafo 3º** – O Sócio poderá ser excluído da Sociedade por falta grave, em reunião especialmente convocada para esse fim na forma do art. 1.030 do Código Civil, por deliberação de Sócios representando a maioria do capital social. Os haveres do Sócio excluído serão apurados e pagos na forma do Acordo de Sócios arquivado na sede social, ressalvados os prejuízos, perdas e danos que eventualmente tenha causado à Sociedade.

**Parágrafo 4º** – Caso a Sociedade tenha uma única sócia, quaisquer deliberações serão tomadas por meio de um instrumento particular escrito por mencionada sócia única, representando a totalidade do capital social da Sociedade.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, sócios ou não, eleitos via reunião de sócios, sendo designados **Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor de Operações e Diretores Sem Designação Específica**.



**Parágrafo 1º** – O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, estendendo-se, em qualquer hipótese, até a investidura dos sucessores.

**Parágrafo 2º** – Os Diretores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

**Parágrafo 3º** – Os Diretores farão jus a uma remuneração cujo valor será fixado em Reunião de Sócios, por maioria de votos, e levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

**Parágrafo 4º** – Tendo em vista o disposto no artigo 1.011 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), somente poderão tomar posse e ser investidos em seus cargos os Diretores que não estejam impedidos por lei especial de exercer a administração da Sociedade, que não tenham sido condenados e que não se encontrem sob o efeito de condenação, por: (i) pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão e peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**Parágrafo 5º** – Os diretores da Sociedade apenas tomarão posse após a homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil.

**CLÁUSULA OITAVA** – A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- (i) de dois Diretores, sendo (a) uma assinatura do Diretor Administrativo-Financeiro ou do Diretor de Operações ou por procurador indicado pela Sociedade em conjunto com (b) uma assinatura de Diretor Sem Designação Específica – sendo que o Diretor Sem Designação Específica deverá ser, necessariamente, o Sr. Fábio Ribeiro dos Santos ou o Sr. Bruno Mota Teixeira de Gouvêa enquanto estes forem Diretores da Sociedade - para a realização de transferência bancária, assinatura de cheques e/ou aprovação de qualquer movimentação financeira superior ao valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto caso se trate de operações realizadas pela Sociedade no curso normal dos negócios;
- (ii) isolada do Diretor Administrativo-Financeiro ou do Diretor de Operações, observadas os demais requisitos desta Cláusula Oitava;
- (iii) isolada de qualquer diretor, inclusive de um Diretor Sem Designação Específica, no caso de cumprimento, pela Sociedade, de obrigações (i) relativas a seus funcionários, incluindo pagamento de folha de salários, bônus, gratificações, verbas rescisórias e homologação de rescisões, recolhimento de contribuições e outras verbas ou encargos incidentes



JUCESP  
21 12 20

sobre folha de pagamentos; e (ii) de natureza fiscal ou previdenciária, quer se trate do pagamento ou recolhimento de impostos ou contribuições, além de outras obrigações materiais, quer de obrigações formais;

- (iv) de dois Diretores Sem Designação Específica, para atos que envolvam obrigação, contratação ou renúncia de direitos, no valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) por operação ou série de operações combinadas ou similares;
- (v) por um Diretor Sem Designação Específica com um procurador, desde que constituídos na forma do Parágrafo 2º abaixo e para atos que envolvam obrigação, contratação ou renúncia de direitos, no valor máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) por operação ou série de operações combinadas ou similares; e
- (vi) por dois procuradores, desde que constituídos na forma do Parágrafo 2º abaixo com expressos e especiais poderes.

**Parágrafo 1º** – Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada isoladamente por um Diretor sem designação específica ou por um único procurador, desde que tal prerrogativa conste expressamente do respectivo mandato, e, em qualquer caso, envolvendo atos perante: (i) órgãos, repartições públicas ou autoridades Federais, Estaduais ou Municipais, incluindo agências ou postos da Receita Federal ou de Secretarias de Fazenda Estaduais ou Municipais, (ii) cartórios, (iii) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, (iv) admissão ou demissão de funcionários, ou (v) reuniões ou assembleias de sociedades ou fundos das quais a Sociedade participe, poderá ser realizada por qualquer Diretor agindo isoladamente, ou, ainda, por um único procurador, desde que constituído na forma do Parágrafo 2º abaixo com expressos e especiais poderes.

**Parágrafo 2º** – Para a outorga de procurações a Sociedade será representada pelo Diretor Administrativo-Financeiro ou pelo Diretor de Operações. As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ter prazo de validade máximo de 1 (um) ano e vedar o substabelecimento, exceção feita a procurações para advogados para representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão não estar limitadas no prazo e admitir o substabelecimento, desde que com reserva de iguais poderes.

**CLÁUSULA NONA** – Compete aos Diretores, cumprir e fazer cumprir as cláusulas contratuais, tendo os poderes que a lei lhes outorga para assegurar o funcionamento regular da Sociedade, ficando, outrossim, investidos de mais os seguintes, observados os limites previstos na Cláusula Oitava:

- (a) ter sob sua guarda e responsabilidade todos os títulos e valores mobiliários da Sociedade, ou a ela confiados;

JUCESP  
21 12 22

- (b) transigir, acordar, renunciar, desistir, confessar dívidas e firmar compromissos;
- (c) alienar, adquirir e onerar bens e conferir direitos;
- (d) constituir mandatários ou procuradores, especificando no instrumento de procuração, a vigência, os atos e operações que poderão praticar.

**Parágrafo Único** - É vedado a qualquer Sócio ou Diretor o uso da denominação social para conceder aval ou fiança.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá ao levantamento do balanço patrimonial e demonstração de resultado econômico. Semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, serão levantados balanços gerais. A critério da administração, a Sociedade poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês.

**Parágrafo 1º** – A Sociedade, a critério dos sócios, poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e, com base nos mesmos, distribuir lucros ou aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo 2º** – Mediante deliberação de Sócios que representem a maioria do capital social, a Sociedade aprovará a distribuição de lucros ou o pagamento de juros sobre o capital próprio, podendo determinar que tais pagamentos sejam feitos sem guardar proporção com as respectivas participações no capital social.

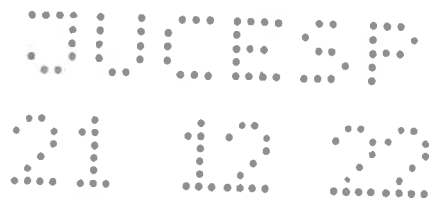
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – As quotas do capital social são indivisíveis e a sua transferência a terceiros estranhos à Sociedade só poderá ser efetuada em consonância com o que previsto no Acordo de Sócios arquivado na sede social.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A Sociedade não se dissolverá por morte, interdição, insolvência ou retirada de qualquer dos Sócios, observando-se, em tais situações, o quanto previsto no Acordo de Sócios arquivado na sede social.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Ocorrerá a dissolução da Sociedade quando 75% (setenta e cinco por cento) do capital assim o determinar.

**Parágrafo Único** – A Sociedade poderá adotar outro tipo societário por deliberação de sócios que representem, no mínimo, a maioria do capital social. Neste caso, os sócios, desde já, renunciam ao seu direito de retirada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – A Sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social e nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aplicando-se, de acordo com o parágrafo único do artigo 1.053 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – A Fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

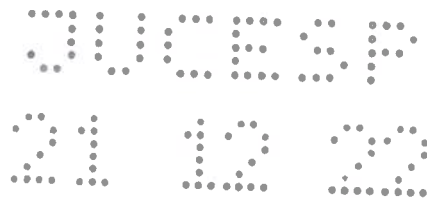
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – A Sociedade possui uma Ouvidoria, à qual incumbe assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

**Parágrafo 1º** - São atribuições da Ouvidoria da Sociedade:

- (i) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição, assim entendido o atendimento habitual realizado em quaisquer pontos ou canais de atendimento, incluídos os correspondentes no País e o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) de que trata o Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008;
- (ii) atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- (iii) informar à diretoria da instituição a respeito das atividades de ouvidoria.

**Parágrafo 2º** - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta;
- (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- (iv) manter a diretoria da instituição informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e
- (v) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e



qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

**Parágrafo 3º** - O prazo de resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação.

**Parágrafo 4º** - A Sociedade deverá:

- (i) manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, de forma que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- (ii) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

**Parágrafo 5º** - No que diz respeito à pessoa responsável por atuar com Ouvidor, serão observadas as seguintes disposições:

- (i) compete à Diretoria, a qualquer tempo, em instrumento separado de reunião de Diretoria, designar e destituir o Ouvidor, cujo prazo de mandato será de 24 (vinte quatro) meses a contar da respectiva posse;
- (ii) a escolha do Ouvidor deverá recair em pessoa que reúna as seguintes condições: (A) conhecimento do funcionamento da Sociedade, (B) seja considerado(a) apto(a) em exames de certificação, na forma da regulamentação em vigor, (C) que não atue ou seja responsável pela unidade de administração e negociação de produtos e serviços, em especial gestão de recursos de terceiros; pela unidade de gestão de riscos; ou pela unidade executora da atividade de auditoria interna;
- (iii) dentre as suas atribuições, deverá o Ouvidor fornecer os dados necessários e dar o necessário suporte para que a Diretoria possa elaborar o relatório semestral das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, assim como divulgar semestralmente, no sítio eletrônico da Sociedade, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria; e

JUCESP  
21 12 22

- (iv) a destituição do Ouvidor se dará quando referido ouvidor não atender às disposições previstas neste Contrato Social e na regulamentação em vigor.”

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 12 de agosto de 2022

[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

JUCESP  
21 12 2022

[Página de assinaturas da Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Renascença Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. celebrada em 12 de agosto de 2022]

Sócios:

**WARREN BRASIL HOLDING S.A.**

TITO CAPITANI  
GUSMAO:81262  
230063

Assinado de forma digital  
por TITO CAPITANI  
GUSMAO:81262230063  
Dados: 2022.12.13 17:01:03  
-03'00'

Tito Capitani Gusmão

**WARREN CAYMAN LTD.**

TITO CAPITANI  
GUSMAO:8126  
2230063

Assinado de forma digital  
por TITO CAPITANI  
GUSMAO:81262230063  
Dados: 2022.12.13  
17:01:23 -03'00'

Tito Capitani Gusmão

Intervenientes Anuentes:

TITO CAPITANI  
GUSMAO:81262  
230063

Assinado de forma digital  
por TITO CAPITANI  
GUSMAO:81262230063  
Dados: 2022.12.13 17:02:00  
-03'00'

OIWARREN HOLDINGS LLC

TITO CAPITANI  
GUSMAO:8126  
2230063

Assinado de forma digital  
por TITO CAPITANI  
GUSMAO:81262230063  
Dados: 2022.12.13  
17:02:12 -03'00'

**WARREN PARTICIPAÇÕES  
SOCIETÁRIAS S.A.**

Testemunhas:

KELLY JANCESCKI  
GUSMAO:9896205  
1087

Assinado de forma digital por  
KELLY JANCESCKI  
GUSMAO:98962051087  
Dados: 2022.12.13 17:02:44  
-03'00'

Nome: Kelly Jancescki Gusmão  
CPF: 989.620.510-87

ANDRE  
CAPITANI  
GUSMAO:81262  
221072

Assinado de forma  
digital por ANDRE  
CAPITANI  
GUSMAO:81262221072  
Dados: 2022.12.13  
17:03:58 -03'00'

Nome: André Capitani Gusmão  
CPF: 812.622.210-72

